

CONTINGENCIAR VERBAS À PESQUISA CIENTÍFICA NA PÓS-GRADUAÇÃO: O CONTRASSENDO DAS POLÍTICAS DE AJUSTE FISCAL À EDUCAÇÃO

Ana Lucia Kapczynski¹
Altair Alberto Fávero²

Resumo: O artigo analisa o contingenciamento de verbas destinadas à pesquisa científica dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, tendo em vista que as políticas de ajuste fiscal do Ministério do Planejamento reduziram os investimentos em 44% no ano de 2017, em comparação com 2015. Parte da concepção de que a pesquisa educacional agrega qualidade ao sistema de ensino em todos os níveis e modalidades. Ao ampliar o acesso de docentes da Educação Básica nos PPGs em Educação, por meio de bolsas, a academia passou a refletir o cotidiano escolar, ressignificando a docência universitária. Há indícios de que a pesquisa educacional, sobretudo nas humanidades, seja marginalizada no rol de prioridades dos escassos recursos de financiamento. Nessa perspectiva, o primeiro tópico resgata elementos ideológicos implícitos no conceito de educação pragmático-utilitarista de formação técnica e profissionalizante que permeiam as políticas educacionais. O segundo tópico argumenta sobre a contribuição da pesquisa científica aos Programas de Pós-Graduação em Educação como impulsionadora da cientificidade na formação básica, trazendo dados históricos da pós-graduação nas universidades brasileiras. Conclui que as políticas educacionais vigentes evidenciam o descaso secular e neocolonial imperante no Brasil que submete a educação ao lucro e espera pouco ou quase nada do ensino formal.

Palavras-chave: Contingenciamento de verbas públicas. Pesquisa científica. Programas de Pós-graduação em Educação. Docência universitária. Formação docente.

Introdução

O artigo discute o contingenciamento de verbas destinadas à pesquisa científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tendo em vista que em 2017 as políticas de ajuste fiscal do Ministério do Planejamento orçaram apenas 44% do montante investido em 2015. O cenário mostra que no Brasil não se prioriza educação de qualidade; as políticas educacionais não são neutras frente aos interesses econômicos de formação técnica e profissionalizante. Ao diminuir a aplicação de verbas à pesquisa, reafirma-se a concepção mercadológica do ensino superior, acirrando as desigualdades de acesso aos níveis mais elevados de formação.

A injeção de financiamento público nos Programas de Pós-graduação em Educação nas universidades privadas, por meio da oferta de bolsas de estudo, tornou-se uma política de inclusão social para estudantes de baixa renda e docentes da Educação Básica que buscam

¹ Bacharelada em Filosofia (IFIBE, 2010), Licenciada em Filosofia (UPF, 2014), Mestra em Educação (UPF, 2017). Email: anakapczynski@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo. Email: altairfaver@gmail.com

qualificar sua atuação ou almejam a docência universitária. Para forjar uma cultura de ação docente reflexiva e investigativa, seria necessário investir mais nos cursos de mestrado e doutorado e estimular a continuidade da pesquisa depois de concluir a pós-graduação, visto que o percurso da formação acadêmica não finaliza o refinamento dessa habilidade.

Os grupos de pesquisa dependem de tempo para atingir níveis de excelência e de articulação interinstitucional. Por insuficiência de verbas, projetos de pesquisa em andamento podem paralisar ou evoluir de maneira tímida, implicando no declínio de conhecimentos, de competitividade internacional, de soluções para problemas sociais, da qualidade da educação, na formação para a docência universitária e na produção das teorias educacionais que melhor respondam às necessidades das escolas brasileiras. O abandono de infraestruturas importantes, muitas delas financiadas com dinheiro público, está entre os resultados. Os cortes de verbas significam um contrassenso nas políticas educacionais, uma vez que a produção científica constitui o principal requisito de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para atribuir conceitos aos programas de pós-graduação. Os dados históricos narram a existência de uma relação intrínseca entre formação para a docência universitária e pesquisa científica desde a origem da pós-graduação *stricto sensu*.

Com o objetivo de atribuir uma análise crítica aos cortes no financiamento da pesquisa científica no mestrado e doutorado em educação, o primeiro tópico discute a retomada do enfoque elitista conservador nas políticas educacionais em pauta no ano de 2017. O segundo tópico aborda a contribuição da pesquisa científica na formação *stricto sensu* para a docência universitária e à qualificação da Educação Básica. Conclui-se que as políticas educacionais vigentes evidenciam o descaso secular e neocolonial imperante no Brasil que submete a educação ao lucro e espera pouco ou quase nada do ensino formal. O incentivo por meio de bolsas firmou o diálogo entre a universidade e a escola, em virtude da presença de docentes desse nível de escolaridade na pós-graduação, incidindo na produção de teorias educacionais condizentes com as realidades locais e o fomento de uma cultura escolar de pesquisa acerca das práticas pedagógicas. Vemos essa experiência importante à beira do fracasso, pois é no *stricto sensu* que se exercita o rigor científico que a pesquisa educacional enseja.

1 O contrassenso das políticas educacionais em pauta no ano de 2017

O entendimento de que a educação não é neutra torna-se cada vez mais visível no conjunto das políticas de fundo pragmático-utilitarista, voltada à formação profissionalizante. Diante dessa conjuntura, a educação igualmente adquire estatuto de mercadoria e de lucro.

Em consequência, o contingenciamento de verbas destinadas à pesquisa científica por meio de bolsas, recursos para aquisição de recursos materiais, qualificação dos recursos humanos, compra de equipamentos e realização de obras essenciais, como acessibilidade, deixa sem perspectivas milhares de pessoas que contribuem para o desenvolvimento do país através de pesquisas e da produção científica. Na pesquisa educacional, a probabilidade é a de restringi-la ao mundo acadêmico, distanciando-a do diálogo com a Educação Básica, em decorrência do descenso na representatividade desses setores na pós-graduação *stricto sensu*.

Conforme assinalamos anteriormente, a educação não é neutra e se constitui em universo de disputas, contradições e conflitos sociais e culturais. Werlang (2005) explicita essa ideia ao dizer que a educação na sociedade ocidental contemporânea vem marcada por uma profunda contradição, apresenta aspectos emancipadores e opressores concomitantes, e não é promotora da autonomia em sentido pleno. Destituída de sua dimensão crítica e autorreflexiva, torna-se instrumento de produção de uma sociedade insensível, violenta e bárbara. Quando o sistema educacional é submetido à racionalidade utilitarista e mercadológica, ao plano da semiformação, não visa um projeto de soberania nacional e nem de formação humana. Semelhante análise faz Jessé de Souza (2015), em sua obra *A tolice da inteligência brasileira*, de que as classes populares são coniventes com a manipulação da elite ao não perceber que esse sistema de dominação seleciona o que pode ou não pode ser visto.

A reprodução dos privilégios injustos acontece por meio da violência simbólica do convencimento. Veja-se que os cortes de verbas à pesquisa científica são explicados mediante o argumento de contenção de gastos frente à “crise financeira” predominante no Brasil. Ao dominar as estruturas burocráticas, institucionais e o conhecimento, a elite monopoliza os recursos de produção, introjeta um determinado padrão cultural e explora o trabalho da imensa maioria. Para Souza (2015, p. 8), a violência simbólica somente é possível pelo sequestro da inteligência brasileira. Torna-se mais fácil dominar pessoas burras e dependentes que não reagem do que pessoas cultas, críticas e reflexivas.

Na visão deturpada da realidade que demoniza o Estado, o mercado surge como a salvação dos problemas sociais e econômicos pela geração de emprego e renda. O que as mídias não falam é que vivemos “[...] em um contexto no qual não existe fortuna de brasileiro que não tenha sido construída à sombra de financiamentos e privilégios estatais nem corrupção estatal sistemática sem conivência e estímulo do mercado” (SOUZA, 2015, p. 9).

Somente a educação para a tolice, direcionada a indivíduos e classes sociais inteiras, garante que a reprodução de privilégios tão flagrantemente injustos seja eternizada. Ante a passividade gerada pela semiformação, a elite elabora uma “ciência para seus interesses”, a

fim de dizer o que é certo e o que é errado, motivo pelo qual não há interesse, por parte da elite, de que a ciência seja democratizada. Isso revela que a ciência conservadora imperante no Brasil é o fundamento último da dominação material e efetiva.

A ação combinada de culturalismo conservador e economicismo constituem os dois pilares da inteligência brasileira na formação de intelectuais e especialistas para atuar na base dos programas dos partidos políticos, do planejamento do Estado, dos currículos escolares, do que se decide em tribunais e daquilo que se publica. A fragmentação do conhecimento é outra estratégia de dispersão das reais contradições e conflitos que permeiam a sociedade, as quais precisam ser compreendidas para pensar ações educativas emancipadoras.

A formação cidadã emancipadora somente é possível na sociedade democrática, entendendo-se sociedade democrática como sociedade que estabelece políticas públicas que visem atenuar as desigualdades sociais, democratizando igualmente o conhecimento. Em um mundo em que predomina a semicultura e a semiformação como *modus vivendi* natural de uma sociedade supostamente democrática, em que se difundem experiências educacionais voláteis que não humanizam, em que os processos civilizatórios se manifestam muito mais como barbárie, reproduz-se um sistema educacional que forma reféns do mercado capitalista, pessoas frias, desumanas e calculistas, destituídas de subjetividade e história.

2 A contribuição da pesquisa à qualificação dos programas de pós-graduação

Acreditamos que a pesquisa científica atingiria níveis mais elevados de qualidade se fosse incentivada desde a Educação Básica e compusesse componente obrigatório nos currículos de graduação, através de bolsas e projetos de iniciação científica. Dessa maneira, estudantes de pós-graduação *stricto sensu* iniciariam sua trajetória com mais desenvoltura investigativa. Salutar seria que tal fomento superasse a dimensão pragmática e utilitarista do ensino e se estendesse às humanidades, em áreas como a filosofia, de modo a aprimorar o raciocínio crítico e a ajudar a pensar a educação em sua complexidade e diversidade.

Da crítica de Nussbaum (2015), constata-se que há uma tendência mundial de investir maiores recursos em pesquisas relacionadas à cultura tecnológica voltada ao lucro e realizar profundos cortes nos programas de humanidades por serem tidas como supérfluas. Com essa disposição, o modelo de mercado institui a formação profissionalizante como parâmetro definidor do ensino superior, igualmente necessária ao desenvolvimento do país, mas sem considerar a relevância da formação humana para educar sujeitos em sua integralidade.

A qualidade da educação necessita, a nosso ver, da criação de uma cultura escolar que repense constantemente suas práticas, que seja refletida em torno dos métodos, dos conteúdos e das realidades locais, através de projetos de pesquisas na graduação, nos PPGs, nos programas de formação continuada do professorado e em parceria com as universidades. Reduzir o incentivo através de bolsas de pesquisas nessa área significa alijar um percentual significativo de docentes que atuam, sobretudo, nas escolas públicas. Com essa política, restringe-se a pós-graduação à formação para a docência universitária a um público seletivo de pagantes, acirrando o distanciamento entre a formação acadêmica e a Educação Básica. A educação universitária está propensa a reformular-se inteiramente em termos de acesso e currículo, priorizando os indicadores de impactos que contribuem para a rentabilidade econômica e não em pesquisas que tratem de assuntos de relevância social.

O critério da meritocracia (e mercantilista implícito) é exposto por Horta (apud KUENZER; MORAES, 2005), com base em uma pesquisa, cujos resultados revelam que os programas com conceitos mais elevados possuem um perfil diferenciado da média geral dos PPGs: menor quantidade de orientandos/as por orientador/a. Neles os/as docentes dedicam mais tempo à produção científica e as instituições têm vantagens na disputa de verbas junto aos órgãos de financiamento porque atendem aos indicadores de rendimentos exigidos pela CAPES, ainda que formem menos estudantes, estendam mais o tempo dos cursos, haja mais evasão por abandono ou desligamento e baixo índice de matrícula por docente. Nos PPGs com conceito mais baixo, a situação é inversa: exige-se que os/as orientandos/as titulem-se o mais rápido possível para assegurar as bolsas da CAPES, os programas publicam menos e tornam-se menos competitivos para disputar financiamentos em agências de fomento.

De acordo com a Associação Nacional de Pós-graduandos e com base nos dados oficiais divulgados pelo site da CNPq, o ano de 2017 contabiliza 20.935 bolsas de mestrado e doutorado a menos em relação ao ano de 2015. O corte de financiamento está sendo feito pelo encerramento das bolsas, ao término dos cursos de mestrado e doutorado, que não são transferidas a novos estudantes aprovados/as nos processos de seleção.

Dados oficiais coletados no site do CNPq demonstram que foram pagas em julho de 2017 45% menos bolsas de mestrado e doutorado em relação a 2015. As aplicações das políticas de ajuste fiscal no Brasil estão eliminando milhões de reais de investimento em Ciência e Tecnologia e colocam sob o risco de desintegração do atual sistema de pós-graduação brasileiro [...] com a aprovação da PEC 55, que se tornou a Emenda Constitucional 95 em 15 de dezembro de 2016, o governo federal instituiu o “Novo Regime Fiscal” que dentre outras coisas limita por 20 anos os gastos sociais do governo (incluindo com Ciência Tecnologia) ao limite máximo do gasto do ano anterior adicionado à inflação do período. (ANPG, 2017).

Convém ressaltar que para manter um curso de pós-graduação em funcionamento os investimentos são altos, incluindo quadro de profissionais qualificados, infraestrutura e tempo necessário para a qualificação da pesquisa. Isso coloca em desvantagem os programas em fase de organização nas instituições menores e regionais incentivadas com investimentos públicos. Assim, terão maiores chances de manter suas atividades as universidades situadas nos grandes centros e com programas mais bem estruturados. Outro indício é o de que os poucos apoios financeiros destituam a autonomia dos programas de realizar pesquisas que não se encaixem nos padrões rigorosamente pré-estabelecidos de competitividade.

Esse projeto pressupõe trilhar pelos caminhos da “deseducação”, se tomarmos por base a noção de educação, defendida por Werlang (2005), como contraponto a qualquer expressão de barbárie implícita nos processos semiculturais. A educação está estreitamente vinculada à compreensão de formação cultural, posta numa perspectiva de formação para a emancipação, que representa o melhor do acervo cultural construído pela humanidade em seu significado emancipatório. Visa desenvolver as capacidades humanas do pensar crítico, em busca da autonomia e da liberdade, e não apenas como meio de conseguir um bom emprego.

Apesar da curta trajetória, os programas de pós-graduação em educação brasileiros expandiram-se e alcançaram padrões de qualidade e credibilidade internacional no início do século XXI. “A pós-graduação brasileira foi implantada com o objetivo de formar um professorado competente para atender com qualidade à expansão do ensino superior e preparar o caminho para o decorrente desenvolvimento da pesquisa científica”, afirmam Kuenzer e Moraes (2005). Continuam as autoras que a história da pós-graduação brasileira data da década de 1970 mediante aliança tácita (e conflituosa) entre as elites militares de direita e as elites acadêmicas, intelectuais e cientistas de esquerda, movidas pelos ideais nacionalistas e pela crença nos poderes da ciência e da tecnologia. Kuenzer e Moraes (2005) dizem que a carência de recursos humanos para desenvolver projetos tecnológicos de grande porte foi determinante para o apoio financeiro à criação dos programas de pós-graduação no Brasil e a normatização de políticas de incentivo à ciência e à tecnologia. Em 1976, a CAPES passou a acompanhar e a avaliar a pós-graduação brasileira, com a meta de formar pesquisadores/as, docentes e profissionais para atender as demandas do ensino superior, a ser complementada por órgãos governamentais de financiamento da pesquisa.

A centralidade na formação docente sucedeu das políticas educacionais que integraram a pós-graduação ao sistema universitário, com incentivos de concessão de bolsas para estudantes em tempo integral e apoio à admissão nos programas e capacitação de docentes que atuam nas universidades, resultando na efetiva expansão e institucionalização da pós-

graduação. “O financiamento para pós-graduandos por meio de bolsas de estudos, aliado ao PICD [Programa Institucional de Capacitação Docente], assegurou a formação de um expressivo contingente de quadros, em particular para a docência na pós-graduação” (KUENZER; MORAES, 2005).

Com ênfase na formação docente, os programas de pós-graduação preconizavam a formação teórica e o exercício da docência durante os cursos. A pesquisa passou a constituir o cerne da formação *stricto sensu* somente no final da década de 1980, com a meta de conquistar autonomia nacional através da capacitação científica e tecnológica como requisito para assegurar a independência econômica. A centralidade na pesquisa remodelou os programas em linhas de pesquisa, incidindo em alguns ajustes: currículos mais flexíveis em torno dos objetos de investigação, prioridade na pesquisa e não mais na formação docente e escolha de conteúdos de acordo com a proposta dos programas e não pelas preferências docentes, atribuindo-lhes assim o caráter de maior cientificidade.

No que tange à pesquisa educacional, evidencia-se um descrédito fundamentado na crença de que a análise de dados fenomênicos é insignificante para o conjunto da pesquisa científica, que os materiais empíricos levantados são fragmentários e descrevem apenas probabilidades. No entanto, tal justificativa é fraca, pois é na empiria mais imediata da vida cotidiana escolar que se situa o ponto de partida para compreender a complexidade que envolve a sociabilidade humana em sua gênese, seus conflitos e contradições.

A produção do conhecimento se concretiza como movimento do pensamento em espiral crescente e ampliada, descrevem Kuenzer e Moraes (2005), e “[...] parte da apreensão de um primeiro nível de abstração composto pela vital, empírica, caótica e imediata representação do real, e tem, como ponto de chegada, formulações cada vez mais abstratas”. E a democratização dessas teorias somente é possível pelo processo científico criterioso de pesquisa, sistematização e divulgação dos resultados. De volta ao empírico e imediato, enquanto teoria articulada e compreendida, as conclusões das pesquisas são sempre aberturas que induzem a novas problematizações, projetam inovações e descobertas, o que exige rigor teórico e clareza epistemológica, sem os quais não se avança para além de caóticas e precárias apreensões de fragmentos da realidade educacional.

Esse é um dos gargalos do sistema educacional brasileiro que define políticas de formação docente, principalmente de profissionais para atuar nas escolas públicas da Educação Básica, sem realizar um diagnóstico preciso das realidades que perpassam o cotidiano escolar. O ideal seria organizar a formação docente para os diferentes níveis de escolaridade de forma articulada. Quando as pesquisas da pós-graduação dialogam com o

universo cultural das escolas, qualificam a formação para a docência universitária e potencializam os cursos de licenciaturas com subsídios teóricos e metodológicos que melhor respondam às demandas da formação de docentes para atuar na escolarização básica. É nesse aspecto que a pesquisa na formação *stricto sensu* se torna indispensável para discutir as conjunturas emergentes e não pode ser tratada como mera formalidade de titulação.

O contingenciamento de verbas à pesquisa científica manifesta o caráter autoritário de desmonte das políticas públicas e sociais, amparado por meio da burocracia institucional. O investimento em pesquisa educacional tende ao declínio, principalmente em virtude da PEC 55 que limita por 20 anos os gastos com políticas sociais, incluído a educação. Isso significa uma tragédia anunciada para o sistema educacional brasileiro para além da formação *stricto sensu*, com uma série de impactos negativos interligados entre si em todos os níveis de escolaridade.

Conclusão

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil datam da década de 1970 e, pode-se dizer, encontram-se ainda em fase de organização. Registram Kuenzer e Moraes (2005), em quatro décadas de atuação, “[...] a pós-graduação brasileira expandiu-se e afirmou-se alcançando altos padrões de qualidade e, em várias áreas, credibilidade internacional”. Porém, na contramão de todo esse investimento humano e financeiro, o cenário das políticas educacionais vigentes mostra que o descaso secular e neocolonial submete a educação ao lucro e espera pouco ou quase nada do ensino formal, conforme crítica de Nussbaum (2015). Inviabiliza as posturas favoráveis à autocrítica e à autonomia intelectual e coloca em risco de desintegração uma etapa importante de produção intelectual necessária à soberania nacional.

A prioridade na formação técnica e profissionalizante, sobretudo de nível médio, faz parte de um projeto de descomprometimento do Estado com o financiamento da educação superior, reafirmando que a formação acadêmica não constitui direito universal no Brasil. Ao produzir gerações de “máquinas produtivas” e não pessoas íntegras, capazes de pensar por si próprias e criticar a tradição, o país enfraquece a democracia. A pesquisa educacional, assim como a filosofia, faz-se necessária enquanto canal reflexivo da própria educação, construtivo e criativo de um raciocínio crítico e rigoroso, recurso de desconstrução do paradigma educacional passivo e de enfrentamento ao processo de semiformação imperante no Brasil.

Um dos contrassensos das políticas neoliberais de desmonte do Estado consiste em incluir as universidades no contingente das instituições atingidas pela pressão econômica,

levando a mudanças no currículo, no ensino e no financiamento, sem considerar que reduzir investimentos na pesquisa científica significa deixar de injetar recursos no setor decisivo que movimenta o conhecimento, a economia e as fontes de formação de docentes em todos os níveis e modalidades. A pesquisa educacional não se restringe apenas ao aprimoramento de técnicas de ensino, mas define-se como investigação acerca de problemas complexos e de um conjunto de temas de relevância nacional e internacional.

O propósito educacional centrado no crescimento econômico acirra as desigualdades sociais e trata as pessoas como objetos manipuláveis. Nele, a reflexão e a crítica não são desejáveis, uma vez que a percepção refinada inviabiliza a execução de programas de desenvolvimento econômico que ignoram a desigualdade ou se utilizam dela em benefício próprio. Indivíduos que simplesmente repetem os discursos proferidos pela ideologia dominante comportam-se e veem o mundo como burocratas dóceis.

Os cortes nos financiamentos poderão representar um declínio da pesquisa científica pela falta das condições necessárias para tal fim nas universidades como o enfraquecimento da embrionária tradição da pesquisa nos meios educacionais, dispersão, descontinuidade e desarticulação dos saberes acumulados em pesquisa científica e das iniciativas de constituição de um corpo teórico sólido na área da educação. Suspeita-se que a contenção de despesas trará reflexos negativos diretos na formação de docentes e aos grupos de pesquisa pela falta de condições de assegurar um trabalho investigativo contínuo, articulado e teoricamente consistente. O prognóstico é enfraquecimento da articulação interinstitucional como congressos, seminários, intercâmbios, mestrados e doutorados sanduíches e a efetivação das políticas de produção do conhecimento na área da educação capazes de sair dos estreitos limites dos pedagogismos.

Utilizando-nos de um conceito da biologia, diríamos que há uma simbiose entre formação docente e pesquisa científica. Ambas se beneficiam e se qualificam reciprocamente. O fato de que a educação seja feita por pessoas e para pessoas, leva-nos a concluir que o componente basilar da pesquisa educacional é um objeto diverso e mutante que precisa ser investigado constantemente. Planejar um sistema educacional, elaborar políticas, monitorar investimentos, rever métodos, atualizar conteúdos e adequar a gestão às realidades locais são exigências inalteráveis no cotidiano escolar. Além da temeridade de desintegrar projetos em andamento nos Programas de Pós-graduação em Educação, os cortes no financiamento da pesquisa, incluindo a educacional, significam prejuízos irreparáveis a toda a educação brasileira. A escassez na produção de conhecimentos fecha portas à inovação das práticas escolares e induz à retomada da transmissão de saberes ou da implantação de um modelo

educacional restrito à superficialidade do senso comum. Tudo indica que nos critérios de prioridade de financiamento a pesquisa educacional seja marginalizada, com significativa redução ou até mesmo a exclusão na área das humanidades.

É na pós-graduação *stricto sensu* que se exercita o rigor científico que a pesquisa educacional enseja. A tímida democratização do acesso, por meio de bolsas, propiciou que a universidade equipasse docentes da Educação Básica a transformar as práticas cotidianas da sala de aula em subsídios de qualificação de sua formação, dando os primeiros passos rumo à materialização de uma cultura escolar centrada na formação do professor-pesquisador e da professora-pesquisadora. Esse material empírico qualifica igualmente a docência universitária ao aproximar os programas de pós-graduação e as licenciaturas do cotidiano escolar.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS. *CNPq paga 45% menos bolsas de mestrado e doutorado em 2017 comparado com 2015*. Disponível em:

<<http://www.anpg.org.br/cnpq-paga-45-menos-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-em-2017-comparado-com-2015/>>. Acesso em 09/08/17.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2015*. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2016*. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2017*. Brasília, 2016.

KUENZER, Acacia Zeneida; MORAES, Maria Célia Marcondes de. Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Educação & Sociedade*, vol. 26, núm. 93, septiembrediciembre, 2005, pp. 1341-1362 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/873/87313713015.pdf>>. Acesso em 12/08/17.

NUSSBAUN, Martha. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Trad. Fernando Santos. WMF Martins Fontes, 2015.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista*. Rio Janeiro/São Paulo: Record, 2015.

WARDE, Miriam. *O papel da pesquisa na Pós-graduação em Educação*. Cad. Pesq. São Paulo (73), p. 67-75, maio de 1990.

WERLANG, Júlio César. *Educação, cultura e emancipação: estudo em Theodor Adorno*. Passo Fundo: EdIFIBE, 2005.